

# Pelágio sobre Conversão

Gordon Haddon Clark

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto / [felipe@monergismo.com](mailto:felipe@monergismo.com)

Pelágio, um monge britânico de aproximadamente 400 d.C., de todos os escritores professamente cristãos antes do século vinte, patrocinou as teorias mais extremas e mais anti-bíblicas de regeneração e conversão. Agora, uma teoria aberrante de regeneração logicamente afeta a descrição da graça, da expiação e de todas outras doutrinas. Assim, Pelágio afirmou o livre-arbítrio e negou a depravação. A idéia de arrependimento deve ser alterada também, e assim, também a da santificação. Não somente um princípio errado afeta logicamente o corpo todo da teologia procedente dele, mas, além disso, há efeitos históricos. Agostinho, em sua defesa da graça, preveniu a igreja ocidental de se tornar inteiramente Pelagiana, mas, todavia, ela se tornou semi-Pelagiana. Então, em tempos modernos Arminio retornou, talvez mais do que ele mesmo percebeu, do Calvinismo Reformado para o semi-Pelagianismo de Roma. Por conseguinte, Pelágio ainda influencia a teologia hoje.

A teologia da Reforma sustenta que Adão foi criado positivamente justo. Não somente Gênesis 1:27 claramente implica isso, mas Efésios 4:24 e Colossenses 3:10 repetem a mesma coisa. Isto torna a queda de Adão difícil de ser entendida. Como um homem criado justo poderia ser tentado, para não mencionar sucumbir a tal tentação? Alguns teólogos simplesmente dizem que Adão foi criado justo, mas mutável. Isto é um argumento circular. Como alguém perfeitamente justo, e, portanto sem desejos maus, pode ser mutável quanto ao pecado? Muitos teólogos evitam o problema. H.B. Smith conclui que ele é insolúvel. A.H. Strong (*Systematic Theology*, Vol. II, pp. 585 ss.), descreve brevemente uma dezena de tentativas, mas ele mesmo não oferece nenhuma explicação. Parece-me que o supralapsarianismo é a única resposta. De outra forma, a pessoa deve se contentar em dizer meramente que a solução do Romanismo é ainda pior do que aquela dos teólogos mencionados. O Romanismo sustenta que o homem foi criado moralmente neutro, mas então Deus deu a Adão um dom extra de justiça. Isto dificilmente torna o pecado mais compreensível. Quer a justiça fosse original ou um dom posterior, isso não influencia a questão. O paradoxo é como um ser perfeitamente justo poderia pecar. O mesmo problema ocorre com o pecado inicial dos anjos agora caídos. Pelágio simplesmente sustentava que Adão foi criado moralmente neutro: *ut sine virtute, ita sine vitio*, isto é, nem virtuoso, nem pecaminoso. Seu corpo era mortal, e a morte física não era e não é um castigo para o pecado. Visto que Adão não tinha nenhuma justiça original para o refrear, Pelágio facilmente explica o pecado sobre a base do livre-arbítrio.

Visto que esta visão concebe o pecado como nada mais do que uma transgressão voluntária da lei, o pecado de Adão não poderia em si mesmo prejudicar sua posterioridade; nem afeitar o livre-arbítrio deles – naturalmente, pois um *livre-arbítrio* é algo que não pode ser afetado. Portanto, ao nascer todo infante está no mesmo estado que Adão estava na criação. Não há nenhum pecado original ou corrupção inerente. Juliano, um discípulo de Pelágio, escreveu: “Nada no homem é pecado, se nada se originar de sua própria volição ou assentimento... Ninguém é naturalmente mau”. Sobre esta visão, o pecado não pode ser herdado, e para nós Adão é apenas um mau exemplo.

Após ter ensinado milhares de estudantes durante um período de sessenta anos, estou ciente, não somente de uma falta de informação histórica da parte deles, mas, pior ainda, de um desinteresse pela história. Muitos destes estudantes retêm este desinteresse durante o restante de suas vidas. Portanto, se eles são membros de igreja, eles não gostam de sermões que explicam as visões de teólogos antiquados. O que eles falham em observar é que estas visões antiquadas são muito modernas. Com dificuldade uma exceção, as seitas repetem as antigas heresias.

Uma das proposições básicas de Pelágio, repetida em tempos modernos por Immanuel Kant, era que a “capacidade limita a obrigação”. O homem deve ter capacidade plenária de fazer tudo o que Deus pode requerer justamente dele. Se Deus ordena “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento”, então todo homem tem capacidade completa para obedecer ao mandamento perfeitamente. O homem tem livre-arbítrio. Esta teoria de capacidade plenária não somente foi adotada por Immanuel Kant e muitos pensadores seculares; ela foi também a base das doutrinas da perfeição impecável de John Wesley. Nem Deus nem o pecado podem limitar o livre-arbítrio.

O pecado importuno da teologia falsa, se ele professa ser de alguma forma cristã, é a substituição de definições bíblicas por definições incorretas. Neste caso, um exemplo importante é o termo *pecado*. Uma pessoa deve guardar em mente constantemente que pecado, para Pelágio, não é “qualquer falta de conformidade a”, mas somente a “transgressão [voluntária] da lei de Deus”. As crianças não nascem em iniquidade; elas permanecem inocentes até que voluntariamente desobedeçam a uma lei divina. Elas não são culpadas do pecado de Adão; nem são os adultos. Adão não é o nosso cabeça federal, nem pode Deus imputar o pecado ou a justiça a alguém, exceto ao agente voluntário individual. Cada um deve passar por sua própria provação, assim como o neo-ortodoxo diz que Deus seria o “autor do pecado”, a menos que um homem seja condenado ou justificado somente sobre a base de sua conduta individual.

Agostinho fez uma réplica esmagadora: Por que, então, a Igreja batiza os infantes? Na verdade, Pelágio respondeu esta pergunta dizendo que os infantes eram batizados para lavar os seus futuros pecados; mas a pergunta de Agostinho teve os seus efeitos, pois a resposta de Pelágio era claramente contrária à visão sustentada por toda a Igreja.

De qualquer forma, Pelágio admitiu que a maioria, se não todos os adultos pecavam. O que, então, devia ser feito? Primeiro, o batismo, como já relatado, limpa um homem dos seus pecados. Mas, segundo, o homem deve se “arrepender” e decidir guardar a lei de Deus perfeitamente. Que é possível guardar a lei perfeitamente é evidente a partir do fato de que os pecados passados, as transgressões voluntárias passadas, não puderam restringir um livre-arbítrio. Então, terceiro, Deus não ordena o impossível. A capacidade limita a responsabilidade. O arrependimento é, portanto, uma decisão de nunca pecar novamente. Não somente Pelágio deixa um lugar para o arrependimento; ele pode até mesmo falar de graça – ele pode chamar a graça de favor imerecido; mas o favor não é a ação irresistível do Espírito sobre as nossas mentes e vontades. Para Pelágio “graça” consiste de (1) a liberdade natural da vontade; (2) a revelação da lei de Deus; e (3) a remissão dos pecados pelo batismo.

Assim, todos os homens podem viver sem pecar, e muitos que conhecem a revelação de Deus o fazem.

Agostinho atacou vigorosamente o Pelagianismo; mas sua vitória não foi completa nem duradoura. No quinto século o Pelagianismo ou um semi-Pelagianismo inconsistente se espalhou por todo o sul da França. Este foi combatido por um decreto do Concílio de Orange do século sexto – que será citado após observarmos que por volta do século nove o Calvinismo tinha somente a fraca voz do mártir Gottschalk. O decreto declara

Se alguém disser que a graça de Deus pode ser conferida como resultado da oração humana, mas que não é a própria graça que nos faz orar a Deus, contradiz o profeta Isaías, ou o Apóstolo que diz a mesma coisa: “Fui achado pelos que não me buscavam. Fui manifestado aos que por mim não perguntavam” (Romanos 10:20, citando Isaías 65:1).

Se alguém mantém que Deus espera uma disposição em nós para nos limpar do pecado, mas não confessa que até mesmo a nossa disposição para sermos limpos do pecado é operada em nós através da infusão e operação do Espírito Santo, resiste ao próprio Espírito Santo, que diz através de Salomão, “A vontade é preparada pelo Senhor” (Provérbios 8:35, LXX), e a palavra salutar do Apóstolo: “Porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade ” (Filipenses 2:13).

Esta é uma declaração excelente da posição calvinista e mostra que a doutrina bíblica ainda era professada por uma boa porção da igreja visível. Deus não espera uma disposição por parte do pecador antes de limpá-lo do seu pecado. A vontade não é livre, pois Deus opera em nós “tanto o querer” como também “o realizar”. Mas este evangelho puro em breve seria obscurecido na noite da superstição.

**Fonte:** Introdução do livro *Sanctification*, Gordon H. Clark, Trinity Foundation, p. 9-13.

**Sobre o autor:** Gordon Haddon Clark (31/8/1902 – 9/4/1985), filósofo e teólogo calvinista americano, foi o primeiro defensor do conceito apologético pressuposicional e presidente do Departamento de Filosofia da Universidade de Butler durante 28 anos. Especialista em Filosofia Pré-socrática e Antiga, tornou-se conhecido pelo rigor na defesa do realismo platônico contra todas as formas de empirismo e pela afirmação de que toda a verdade é proposicional e pela aplicação das leis da lógica.

Para saber mais sobre esse gigante da fé cristã, acesse a seção biografias do site *Monergismo*.